

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLV

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/10.58164/2kg6-gj10>

Elogio académico de Luiz Francisco-Rebello

FERNANDO GUEDES[†]

É com muito gosto que hoje me proponho fazer, perante V. Excelências o elogio de Luiz-Francisco Rebello, nosso ilustre confrade, falecido a 8 de Dezembro de 2013, e a quem sucedi na cadeira n.º 9 da Classe de Letras desta Academia.

Luiz-Francisco Rebello nasceu em Lisboa a 10 de Setembro de 1924 e em Lisboa fez os seus estudos primários e secundários. Foi também na Faculdade de Direito da Universidade Clássica lisboeta que obteve a sua licenciatura em Direito em 1946, a qual lhe permitiu montar a sua banca de advogado que conservou durante toda a vida, embora se não possa dizer que, apesar de importante, esta tenha sido a sua faceta fundamental, utilmente dispersa nas mais diversas actividades culturais, das quais se poderia neste momento destacar, a título de mero exemplo, a que voltarei mais tarde, a sua acção de académico nesta Casa.

Diria, para simplificar, que a actividade intelectual de Luiz-Francisco Rebello se repartiu entre o dramaturgo, o historiador e o crítico de Teatro, o especialista em Direito de Autor, o académico e o advogado. Em todas estas facetas do mesmo poliedro eu afirmaria, pedindo vénia ao nosso confrade António Braz Teixeira, que avulta, nas grandes linhas ou nos mais pequenos pormenores, “a sua funda e persistente atitude moral de denúncia da hipocrisia e da falsidade das relações humanas”.

Terá sido no Teatro-Estúdio do Salitre, criado por Gino Saviotti, que, ainda nos anos Quarenta, recebeu as primeiras (e talvez definitivas) ideias e noções sobre teatro, como tantos outros da sua mesma geração — uns que passaram, ouviram, viram e seguiram os seus outros caminhos (recordo, entre vários, David Mourão-Ferreira), outros que vieram e ficaram (presos para sempre, como Couto Viana ou o próprio Rebello). O texto introdutório que este escreveu para o livro publicado em 1999 — *Todo o Teatro* — no qual reuniu a sua produção dramática, constitui o melhor guia para seguirmos os seus passos neste campo. Intitula-se *Memória de um percurso* e constitui, do meu ponto de vista, e suponho que também o seria do nosso Autor, o mais claro e correcto de quantos se escreveram com

o mesmo sentido. Não vou glosar, piorando, o que Luiz Rebello ali escreveu. Simplesmente queria destacar dois ou três pontos que me parecem mais significativos para esta homenagem.

O primeiro refere-se à vida efémera, mas importante, daquele teatro estúdio. Passo a citar: “Foi nesse ano de 1946 que um grupo de escritores muito heterogéneo (sob todos os pontos de vista: estético, ideológico, político, geracional) mas irmanados pelo gosto do teatro e pelo desgosto daquele que lhes era oferecido, se reuniu em tomo de um dramaturgo e ensaísta italiano radicado entre nós desde o começo da guerra, Gino Saviotti, que havia publicado em 1944 um livrinho polémico em que defendia uma concepção da arte dramática equidistante do teatro “intelectualizante” dos homens de letras e do teatro “comercial” ao tempo dominante, e tomou a iniciativa de, passando da teoria à acção, dar corpo a um projecto de teatro que se pretendia “diferente”: um teatro de ensaio, um laboratório experimental como o fim da guerra viu surgir noutros países, que não se propunha substituir-se ao teatro profissional (o que fatalmente o condenaria ao insucesso) mas apenas deixar antever a possibilidade de um teatro “outro”, ou de uma “praxis” teatral alternativa. (...) Projecto que só não se cumpriu integralmente porque em vez da síntese augurada por alguns dos seus promotores, se diluiu num inglório esforço de conciliação do que era, por natureza, inconciliável”. Já passaram mais de setenta anos sobre essa “frustração”, mas que nos recorda outras igualmente já passadas, ou outras ainda que irão ocorrer.

O segundo ponto é de certo modo corolário deste primeiro que salientei. Cito: “Na minúscula sala do Instituto de Cultura Italiana, que albergava o primeiro teatro de ensaio criado entre nós, modelo de todos os que surgiram depois dele, acotovelava-se já, na justa observação de um crítico, “um público dividido em dois extremos, daqueles que não se tocam” (...) Mas viviam-se ainda as horas alvoroçadas do após guerra, e um grande entusiasmo impedia-nos de advertir a traição da esperança, que obscuramente se urdia já”. Fim de citação.

Concluirei este ponto com as palavras finais do memorial de Luiz Rebello, por ele assinadas em 1997, quando levava já, bem passados, setenta anos da sua vida: “Se o teatro é um espelho reflector da sociedade em que é produzido, eu creio que nestas peças alguma coisa se reflecte das mutações desta segunda parte do nosso século (...); perpassam nelas — ou era essa a minha convicção — as esperanças e as desilusões de uma época que conheceu a maré alta de ideologias

de sinais diferentes, e mesmo opostos, e assistiu à sua diluição num asséptico e resignado conformismo que parece ser o traço mais característico do mundo em que vivemos. (...) Esperanças e desilusões, escrevi acima. Não sei se deveria antes ter escrito “ilusões e desilusões”. (...) No entanto, como poderia também o escritor que se recusa a pactuar com a indiferença (já nem digo com o crime ou a injustiça) a indiferença que vai dissolvendo as consciências numa espécie de magma informe e lodoso, como poderia ele deixar de tentar fazê-lo, mesmo sabendo o seu esforço condenado inevitavelmente a frustrar-se?”

Outro tipo de textos, ainda dentro da sua dramaturgia, reuniu Rebello num outro livro, publicado em 1994, livro ao qual inteligentemente deu o título de *Fragmentos de uma Dramaturgia*, e onde depositou “um conjunto de aspectos (personalidades, obras, tendências, movimentos) de uma dramaturgia, ela própria, também, por outro lado, fragmentária”, abrangendo quase exclusivamente o século que ali se inicia em 1885, onde cabe o drama neo-romântico, naturalista e simbolista, o drama do primeiro e do segundo modernismo, o drama contemporâneo nas suas diversas modalidades, “sem esquecer os pequenos textos dedicados a autores portugueses menores, mas por certo não menos representativos.” Num inciso de grande clareza (como, aliás, é geralmente a forma escrita de Luiz Francisco Rebello) o nosso homenageado mostra-nos como “há várias maneiras de ler o texto” e a que ele propõe é “apenas uma possível, porventura a mais fruste e parcial de todas porque limitada ao texto teatral. Mas se neste o teatro não se esgota, não pode também abstrair-se dele e daí — conclui Rebello — a legitimidade (a necessidade) de leituras deste tipo.” E a sua leitura é sempre interessante, interessantíssima, porque penetra com enorme facilidade no âmago da peça ou no íntimo do dramaturgo e situa, uma e o outro, no seu tempo e nos seus espaços próprios, e aproveita, pedagogicamente, cada oportunidade que ocorra no discurso, para distinguir um ponto importante da vivência do teatro ou desfazer ignorâncias acumuladas. É o caso, por exemplo, do pequeno excerto que vou transcrever e pertence ao seu percuciente estudo *A Omnipresença do Teatro na Obra de Almada Negreiros*: “À volta dos anos 20, quando o eco dos canhões emudecidos obrigou os homens a repensarem o mundo, e a maneira de o significarem, em novos termos, a “reteatralização do teatro” era o sonho, oculto ou confessado, dos criadores cénicos, autores e encenadores. Das ruínas, dos escombros, dos cadáveres amontoados ao longo dos quatro anos de carnificina,

brotava o anseio confuso de “outra coisa”, a necessidade de substituir por outros os valores desacreditados da civilização burguesa e demo-liberal, responsabilizada pelo massacre, e de encontrar na arte, na literatura, o equivalente dessa ruptura. (*continuo a citar*) Que, ideológica e politicamente, fascismo e comunismo hajam sido as opções extremas para uma saída imediata da crise, não era senão lógico, ainda que o primeiro não fizesse, afinal, mais do que agudizá-la (...) e o segundo, na passagem da teoria à *praxis*, tivesse sacrificado os valores essenciais à liberdade de criação total. (...) A explosão dos movimentos estéticos de vanguarda — cubismo e expressionismo, futurismo e vorticismo, dadaísmo e surrealismo — a que se assiste entre o princípio do século e o termo do primeiro quartel deste (*entenda-se, Século XX*) — é, na violência dos seus contrastes, (e até nas suas contradições: houve, com Marinetti, um futurismo fascista, e com Maiakovski um futurismo soviético), a imagem poliédrica de um momento histórico de uma extraordinária vitalidade, mas que Portugal só viveu reflexivamente — e, é claro, com o proverbial atraso.”

Poderíamos multiplicar estes exemplos, facilmente encontráveis ao longo da obra ensaística e crítica de Luiz Francisco Rebello, mas a economia deste texto e desta homenagem não o aconselha.

A banca de advogado que manteve durante toda a sua vida constitui, por si só, um outro retrato muito digno do nosso homenageado. Se, durante o Estado Novo, os seus passos se dirigiram, frequentemente, para os Tribunais Plenários, a defender amigos, camaradas ou simples conhecidos — Maria Lamas, Herberto Helder, Rui Luís Gomes ou Teresa Horta, entre outros — dir-se-ia que nunca alguém lhe tenha batido à porta e fosse despedido de mãos vazias. Eu próprio, há alguns anos, perante um caso de sério melindre para ele próprio, propus-me recorrer aos seus serviços jurídicos e Luiz-Francisco Rebello não hesitou um só momento em me prestar o apoio que eu lhe solicitava.

A sua actividade mais relevante, como cultor e estudioso do Direito foi, contudo, à frente dos destinos da Cooperativa que se pretendia defensora dos direitos dos autores teatrais. Entrou, em 1948, como consultor jurídico para a então decrépita Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, que fora fundada em 1925 por vários autores e actores, nomeadamente Júlio Dantas, Henrique Lopes de Mendonça e, entre outros mais, Carlos Selvagem, que será seu presidente até morrer, em 1973. Luiz Francisco Rebello, então já

Secretário-Geral, ascende à presidência de onde saíra somente em 2003, no centro de grande alvoroço que não me foi possível clarificar por falta absoluta de informação fiável. A página da internet da S.P.A., (como passou a designar-se desde 1970 — Sociedade Portuguesa de Autores) é totalmente omissa em relação a Rebello e à sua acção naquela instituição durante trinta anos. E não me foi possível entrar em contacto, sempre recusado, com a filha, mesmo tendo invocado, telefonicamente, o nome da Academia das Ciências de Lisboa. Por outras fontes posso com alguma certeza dizer que, mesmo antes de ser presidente, já Luiz Francisco Rebello intervinha decisivamente na vida da cooperativa, como aquando da alteração da sua designação, ou na aquisição do terreno e construção do edifício onde se encontra, desde 1975, a magnífica sede na avenida Duque de Loulé. Mais especificamente, na vida actuante da instituição, Francisco Rebello começa a fazer frequentes viagens ao estrangeiro em visitas de trabalho com organizações similares, e participa na criação da C.I.S.A.C., a confederação que agrupa a generalidade das instituições de defesa dos Direitos de Autor, na Europa e nas Américas, e da qual o nosso homenageado foi nomeado Vice-Presidente. Em 1971, participará em Paris, como delegado português, nas conferências para a revisão das duas convenções internacionais de defesa do Direito de Autor: a de Berna e a de Paris. Por força da sua actividade profissional na Sociedade, tomou-se reconhecido especialista em Direito de Autor e deve-se-lhe também a primeira redacção do actual código dos Direitos de Autor, na parte que a estes temas diz respeito. Muito mais Luís Rebello terá promovido ou realizado em favor da S.P.A. como se poderá concluir até de comunicações que apresentou nesta Casa e se guardam em vários volumes das nossas “Memórias”.

Foi admitido como académico correspondente pela proposta de 23 de Novembro de 1972 subscrita por Jacinto do Prado Coelho e Gustavo Cordeiro Ramos. Dois anos mais tarde, a 13 de Março de 1975, de novo por proposta de Prado Coelho, agora acompanhado por Jaime Lopes Dias, é elevado a sócio efectivo.

Diria que o cumprimento dos seus deveres de académico foi exemplar durante os quarenta anos que aqui permaneceu. Participou activamente nas sessões da Classe de Letras, nos seminários e colóquios que foram acontecendo, e representou a Academia sempre que para tal foi solicitado. De entre as peças mais significativas que aqui produziu, e foram dezenas as comunicações proferidas, permito-me destacar os dois verdadeiros ensaios dedicados a Herculano e a Garrett.

Vou concluir com mais uma citação de António Brás Teixeira que, a meu ver, é de uma justeza perfeita quando se pretende homenagear, séria e serenamente, Luiz Francisco Rebello, a obra e o homem. Cito: “Por essa transformação ou transmutação moral, por essa realização ética da humanidade no homem e em cada homem, tem pugnado a pena de Luiz Francisco Rebello, na sua plúrima e convergente actividade de homem do teatro, dramaturgo, historiador, estrénuo defensor dos direitos dos criadores intelectuais e cidadão livre, responsável e solidário.”

Muito obrigado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 13 DE AGOSTO DE 2017)